

## SEMINÁRIO

### “Compras Públicas: como candidatar-se a concursos das Instituições Europeias e concursos públicos nacionais”

11 Setembro 2013

#### Tópicos de intervenção

É com muito gosto que dou as boas vindas a todos presentes e começaria por saudar o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º António Bragança Fernandes e gostaria de manifestar a satisfação pela concretização deste seminário coorganizado pelo Centro Jacques Delors e a Câmara Municipal da Maia.

Agradecer o acolhimento da TecMaia neste magnífico auditório e saudar o Dr. António Tavares, Diretor geral, pela possibilidade de se realizar num dos mais prestigiados e dinâmicos parques da ciência e tecnologia que, pela qualidade do trabalho desenvolvido, é motivo de orgulho para Portugal.

Agradecer a disponibilidade de colaboração e o apoio da DG Informática da Comissão Europeia, com a presença do Eng.º Paulo José Santos, bem como a presença do Dr. Artur Mimoso, Diretor de Compras Públicas da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública e os representantes das empresas Audinova e 20/21 que irão participar nesta sessão.

Realçar o trabalho conjunto com a CMM neste objetivo de contribuir para uma melhor informação das PME sobre as oportunidades disponíveis e a que muitas vezes não têm fácil acesso.

Este seminário vem no seguimento da excelente colaboração que desde a primeira hora tivemos da parte do Dr. Paulo Ramalho, vereador do desenvolvimento económico e das relações Internacionais e que desejamos possa produzir bons frutos.

---

Gostaria brevemente de contextualizar o papel do Centro Jacques Delors neste tema.

Existimos há mais de 18 anos com uma missão muito específica. – a de informar pessoas e organizações sobre a União Europeia.

Na Administração pública desde 2008, o CIEJD está integrado na Direção geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Pela integração do CIEJD nos seus serviços, o MNE dispõe de uma nova valência orientada para a informação dos cidadãos.

Para além disso desde 2008, reconhecido que foi o papel estratégico do Centro na informação europeia em Portugal, o CIEJD foi designado o Organismo Intermediário da Parceria da Gestão celebrada entre a Comissão Europeia e o Estado para a comunicação da UE em Portugal. Ao abrigo desta parceria lançamos convites às empresas, associações, universidades para apresentação de propostas sobre os temas prioritários de comunicação definidos em cada ano e monitorizamos todos os projetos e seus conteúdos de comunicação.

**Um dos eixos da atividade** do Centro Jacques Delors é a informação para as empresas e cidadãos.

**Em 2012 CIEJD tomou a decisão** de aprofundar este eixo de informação com **novas ferramentas** que pudessem concorrer para - uma **melhor informação empresarial**.

Sabemos que cada vez mais é necessário reforçar sinergias no sentido de capacitar as redes de «business intelligence», ou seja, redes capazes de fazer chegar às empresas, sobretudo PME, informação privilegiada sobre abertura de concursos e outras oportunidades de negócio que lhes permita alcançar novos mercados.

A experiência de contacto com Agências Europeias sedeadas em Lisboa – Agência Europeia de Segurança Marítima e o Observatório Europeu da Droga e Toxicoddependência permitiu-nos aperceber que havia um *gap* de informação. Poucas empresas concorriam e por vezes as únicas que se apresentavam a concurso para fornecimento de bens ou serviços em Portugal eram de outros Estados Membros.

Os **meios de informação** relativamente ao *public procurement* (contratos públicos) da UE são **algo complexos e codificados**.

Estamos a falar de contratos públicos lançados pelas Instituições europeias, isto é, a aquisição de bens e serviços, assim como a contratação de obras, pelas instituições europeias.

A abertura destes mercados, que representam uma importante parte do PIB da UE, permitiu aumentar a concorrência entre empresas da União Europeia baixar os preços e garantir uma melhor qualidade de serviços aos cidadãos.

Ao longo dos anos, a UE estabeleceu disposições legislativas de modo a **modernizar e facilitar** o processo de adjudicação de contratos

Reforçou a **transparência, a equidade e a interoperabilidade** neste domínio, com a ajuda de ferramentas como a base de dados TED (*Tenders Electronic Daily*), o **sistema de classificação único** (concretizado pelo vocabulário comum para os contratos públicos) ou o sistema de informação para os contratos públicos europeus (SIMAP).

**Apraz-me por isso registar** que a **CE** tem procurado **modernizar a política europeia** de mercados públicos, ciente da importância que eles têm na vida do dia-a-dia, direta ou indiretamente.

São **fundos públicos** que mais do que nunca **exigem** a necessidade de assegurar uma **utilização ótima** desses fundos.

Mas são em si uma **oportunidade** para as **empresas**.

Apesar desse esforço de revisão das regras comunitárias para dar resposta às preocupações e barreiras encontradas pelas PME estas ainda persistem. São por exemplo: dificuldades a nível da informação, desconhecimento dos processos dos concursos, prazos curtos para a preparação de propostas, encargos administrativos, etc., etc.

Foi na avaliação de todos estes parâmetros que o **Centro Jacques Delors arrancou com o projeto ON** que será apresentado de seguida pelo Dr. Carlos Medeiros, do CIEJD, procurando através deste serviço **simplificar** a informação, faze-lo em **língua portuguesa** e **descodificá-la** o mais possível, dando contudo visibilidade à grande base de dados da UE que reúne todos os concursos públicos.

Neste modelo de seminário **vamos ter a perspetiva dos concursos** públicos a **nível da UE** para a qual temos o privilégio de contar com o **apoio da Comissão Europeia**, chefe de unidade da DG de Informática que prontamente **aceitou o convite e este desafio** de **ajudar as empresas** a perceber melhor como apresentar propostas no *EU Procurement*. Para complementar esta vertente, externa trazemos também a vertente interna através da entidade ESPAP que gere os concursos públicos nacionais.

Gostaria ainda de aproveitar a ocasião para falar já não no âmbito de informação empresarial mas sim de um serviço criado para ajudar as pessoas e as empresas no âmbito de resolução de problemas com que se defrontem.

### **Refiro-me à Rede SOLVIT.**

O Mercado Interno oferece grandes oportunidades aos cidadãos que queiram viver num outro Estado-membro, bem como às empresas que queiram expandir os seus negócios. No entanto por vezes a legislação comunitária existente pode ser mal aplicada pelas administrações públicas. Para suprir esse entrave a Comissão Europeia criou a Rede SOLVIT.

A Rede SOLVIT é uma rede, em linha, de resolução informal de problemas, na qual participam todos os Estados-membros da UE com o objetivo de dar uma resposta rápida e pragmática às dificuldades decorrentes de uma aplicação incorreta da legislação do mercado interno por uma administração pública.

A **Rede SOLVIT está em funcionamento desde a data do seu lançamento, em Lisboa, em Julho de 2002**. A Comissão Europeia faz a gestão da base de dados e, quando necessário, presta assistência para acelerar a resolução dos problemas.

A Rede SOLVIT não trata de problemas:

- entre empresas ou entre consumidores e empresas
- exclusivamente nacionais, isto é, não se ocupa de problemas apresentados por um cidadão português que se queixe da administração portuguesa.

**Para que o problema seja considerado**, no âmbito desta Rede, **tem obrigatoriamente:**

- que existir um elemento "transfronteiriço", isto é, 2 países envolvidos.
- tratar-se de problemas com autoridades públicas.

O SOLVIT não é uma rede de informação mas sim de resolução de problemas concretos.

Para obter apenas informações pode consultar o site [A SUA EUROPA](#).

Existe um centro SOLVIT em cada Estado-membro da União Europeia, assim como na Noruega, na Islândia e no Liechtenstein (EEE). O Centro SOLVIT Portugal está sediado nas administrações públicas nacionais - MNE .

O SOLVIT é um serviço gratuito.

Ex. IVA devido por Espanha reembolsado a empresa portuguesa:

- Uma empresa portuguesa aguardava há 2 anos o reembolso do IVA que lhe era devido pelas autoridades espanholas.
- Ora, no âmbito das transações intracomunitárias, a legislação aplicável impõe aos EM que procedam ao reembolso do IVA seis meses após a receção do pedido de reembolso devidamente instruído.
- Após a intervenção do Centro Solvit Espanha, as autoridades competentes reembolsaram o IVA devido à empresa português + juros de mora.
- Solucionado em 3 semanas.

Esperamos que este seminário possa ser interpelador para todos vós, reitero a abertura do Centro Jacques Delors para esclarecimentos ou quaisquer informações que se perspetivem como necessárias.